

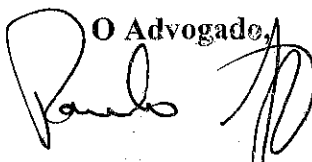


Cópia Certificada

Eu, **Paulo Anjo**, advogado, certifico, nos termos e para os efeitos do artigo 38º do Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/2007, de 17 de Janeiro e da Portaria nº 657-B/2006, de 29 de Junho, que a fotocópia anexa, *extraída* neste escritório composta por nove páginas, está conforme com o original que me foi exibido e que devolvi ao apresentante, da Procuração outorgada pela Sociedade "IBERDROLA GENERACIÓN – Energia e Serviços Portugal, Unipessoal, Lda." e respectivo Termo de Autenticação.

Mais declaro que todas as folhas têm aposto o selo branco deste escritório e estão por mim numeradas e rubricadas.

Lisboa, 20 de Outubro de 2011

O Advogado,

PAULO ANJO
ADVOGADO
Cont. 230 939 866 - Céd. 44517 L
Av. das Forças Armadas, 125 - 12.º
1600 - 079 LISBOA
Telef. 217 231 800 — Fax: 217 231 899

Este acto foi registado nos termos do artigo 38º do Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, e da Portaria nº 657-B/2006, de 29 de Junho, sob o nº 44517L/1632, no Registo On-line da ORDEM DOS ADVOGADOS.

Custo do Serviço: € 25,21, acrescido do IVA à taxa de 23%, a facturar autonomamente pela Abreu & Associados, Sociedade de Advogados, RL., com o NIPC 503009482.

(*)



LISBOA * | SEDE

Av. das Forças Armadas, 125 - 12º
1600-079 Lisboa, Portugal
Tel.: (+351) 21 723 1800
Fax.: (+351) 21 723 1899
E-mail: lisboa@abreuadvogados.com

PORTO *

Rua S. João de Brito, 605 E - 4º
4100-455 Porto
Tel.: (+351) 22 605 64 00
Fax.: (+351) 22 600 18 16
E-mail: porto@abreuadvogados.com

MADEIRA *

Rua Dr. Brito da Câmara, 20
9000-030 Funchal
Tel.: (+351) 291 209 900
Fax.: (+351) 291 209 920
E-mail: madeira@abreuadvogados.com

LISBOA

PORTO

MADEIRA

ANGOLA (EM PARCERIA)

MOÇAMBIQUE (EM PARCERIA)

TERMO DE AUTENTICAÇÃO DE PROCURAÇÃO

No dia vinte e quatro de Junho de dois mil e onze, perante mim, Marta Romano de Castro, Advogada, com a Cédula Profissional número 17168L, nos termos e para os efeitos do artigo 38º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de Janeiro e da Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de Junho, compareceram como outorgantes: **Aitor Moso Raigoso**, natural de Bilbao, provincia da Vizcaya, Espanha, com o nif. 261331698, e Senhor **Félix Rojo Sevillano**, natural de Madrid, Espanha, com o nif. 261332058, ambos com domicílio profissional na Calle Tomás Redondo 1, NIF 2.499.379-S, Madrid, Espanha, que outorgam na qualidade de gerentes e em representação da sociedade denominada **IBERDROLA GENERACIÓN – Energia e Serviços Portugal, Unipessoal, Lda.**, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 180A, 7º Edifício Tivoli Fórum, freguesia de São José, Concelho de Lisboa, pessoa colectiva número 502124083, com o capital social de € 500.000,00 (quinhentos mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, qualidade e poderes para acto que verifiquei pelo acesso à certidão permanente da sociedade, no dia de hoje, através do respectivo código.

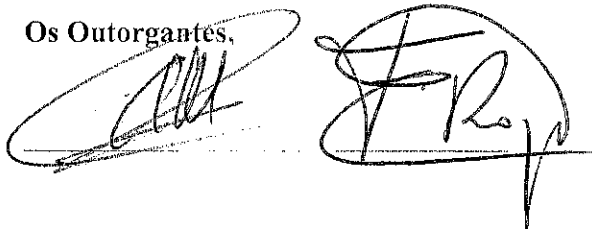
Verifiquei a identidade dos outorgantes, por serem do meu conhecimento pessoal.

E que, para fins de autenticação, me apresentaram o presente documento, que é uma Procuração, composta por sete páginas, que declaram haver lido e assinado e que a mesma exprime a vontade da sua representada, documento que fica anexo a este termo.

Este termo foi lido e explicado o seu conteúdo.

Mais declaro que todas as folhas têm aposto o selo branco deste escritório e estão por mim rubricadas.

Os Outorgantes,



A Advogada,

Marta Romano de Castro

MARTA ROMANO DE CASTRO
ADVOGADA

Cont. 209 836 466 - B. F. 14.º Lx.-Céd. 17168
Av. das Forças Armadas, 125 - 12.º
1600 - 079 LISBOA

Telef. 217 231 800 - Fax 217 231 800
Registo On-line da ORDEM DOS

Conferido e Registado sob o nº 17168L/1458, executado nesta data, no Registo On-line da ORDEM DOS
ADVOGADOS [Artigo 38º de Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março de 2006 e Portaria nº 657-B/2006, de 29 de Junho]

Custo do Serviço: € 35,00 acrescido do IVA aplicável à taxa de 23%, a facturar autonomamente pela Abreu & Associados, Sociedade de Advogados, RL. [Tabela em vigor aprovada pela Portaria nº 385/2004, de 16 de Abril].

LISBOA * | SEDE

Av. das Forças Armadas, 125 - 12º
1600-079 Lisboa, Portugal
Tel.: (+351) 21 723 1800
Fax.: (+351) 21 723 1899
E-mail: lisboa@abreuadvogados.com

PORTO *

Rua S. João de Brito, 605 E - 4º
4100-455 Porto
Tel.: (+351) 22 605 64 00
Fax.: (+351) 22 600 18 16
E-mail: porto@abreuadvogados.com

MADEIRA *

Rua Dr. Brito da Câmara, 20
9000-039 Funchal
Tel.: (+351) 291 209 900
Fax.: (+351) 291 209 920
E-mail: madeira@abreuadvogados.com

LISBOA

PORTO
MADEIRA
ANGOLA (EM PARCERIA)
MOÇAMBIQUE (EM PARCERIA)

PROCURAÇÃO

IBERDROLA GENERACIÓN – Energia e Serviços Portugal, Unipessoal, Lda.”, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 180A, 7º Edifício Tivoli Forum, freguesia de São José, Concelho de Lisboa, pessoa colectiva número 502124083, com o capital social de € 500.000,00 (quinhentos mil euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmos número, neste acto representada pelo seus gerentes, com poderes para o acto, Senhor **Aitor Moso Raigoso**, natural de Bilbao, provincia da Vizcaya, Espanha, com o nif. 261331698, e Senhor **Félix Rojo Sevillano**, natural de Madrid, Espanha, com o nif. 261332058, ambos com domicílio profissional na Calle Tomás Redondo 1, NIF 2.499.379-S, Madrid, Espanha, constituem procuradores da sociedade sua representada:-----

Procuradores do Grupo A:-----

Aitor Moso Raigoso, casado, de nacionalidade Espanhola, titular do bilhete de identidade n.º 21.395.142-J, e contribuinte fiscal número 261.331.698, com domicílio profissional na Rua Tomás Redondo, n.º 1, em Madrid;-----

Eduardo Insunza Gaminde, casado, de nacionalidade Espanhola com bilhete de identidade n.º 30.552.920-L e contribuinte fiscal número 275.684.911 com domicílio profissional na Avenida San Adrián, n.º 48, em Bilbao;-----

Fernando Miguel Tallón Yáñez, casado, de nacionalidade Espanhola, titular do documento nacional de identificação n.º 24.124.577-S e contribuinte fiscal número 275.729.036 com domicílio profissional na Rua Tomás Redondo, n.º 1, em Madrid;-----

Andrés Campaña Ávila, casado, de nacionalidade Espanhola, titular do documento nacional de identificação n.º 05.418.359-L e contribuinte número 259.231.649 com domicílio profissional na Rua Tomás Redondo, n.º 1, em Madrid;-----

Pablo Luis Yun García, casado, de nacionalidade Espanhola, titular do documento nacional de identificação n.º 52.474.576-F e contribuinte fiscal número, com domicílio profissional na Rua Tomás Redondo, n.º 1, em Madrid;-----

Yago Rosendo García Gasalla, solteiro, de nacionalidade Espanhola, titular do documento nacional de identificação n.º 02.624.168-Y e contribuinte fiscal número 275.685.314 com domicílio profissional na Rua Tomás Redondo, n.º 1, em Madrid;-----

24

Carla Sofia Cardoso da Cunha dos Santos Costa, casada, de nacionalidade Portuguesa, titular do Cartão do Cidadão nº 07122761 OZZ8 e contribuinte fiscal número 127098321 com domicílio profissional na Avenida da Liberdade, nº 180-A, 7º, em Lisboa.-----

E-----

Procuradores do Grupo B:-----

Félix Rojo Sevillano, casado, de nacionalidade Espanhola, titular do documento nacional de identificação nº 02.499.379-S e contribuinte fiscal número 261.332.058 com domicílio profissional na Rua Tomás Redondo, nº 1, em Madrid;

Juan Fernando Luis María Escondrillas Wencel, casado, de nacionalidade Espanhola, titular do documento nacional de identificação nº 14.241.403-X e contribuinte fiscal número 275.729.362 com domicílio profissional na Avenida San Adrián, nº 48, em Bilbao;-----

Iciar Marcaida Zugazaga, casada, de nacionalidade Espanhola, titular do documento nacional de identificação nº 30.689.424-H e contribuinte fiscal número 275.686.213 com domicílio profissional na Avenida San Adrián, nº 48, em Bilbao;-----

Santiago Martín Gómez, casado, de nacionalidade Espanhola, titular do documento nacional de identificação nº 51.877.215-W e contribuinte fiscal número 275.688.933, com domicílio profissional na Rua Tomás Redondo, nº 1, em Madrid;-----

Carlos Primo Terroba, casado, de nacionalidade Espanhola, titular do documento nacional de identificação nº 50.304.053-V e contribuinte fiscal número 275.728.706, com domicílio profissional na Rua Tomás Redondo, nº 1, em Madrid;-----

Carlos Pombo Jimenez, casado, de nacionalidade Espanhola, titular do documento nacional de identificação nº 30.627.236-E e contribuinte fiscal número 275.689.115, com domicílio profissional na Avenida San Adrián, nº 48, em Bilbao;-----

Aos quais conferem os poderes necessários para que, qualquer um dos procuradores do Grupo A, em conjunto com qualquer um dos procuradores do Grupo B, possa, em nome e representação da Sociedade, praticar os seguintes actos:-----

1) Assinar e representar a Sociedade na prática de quaisquer actos, negócios ou contratos em que intervenham em virtude das faculdades que se outorgam nas alíneas seguintes;-----

2) Negociar, celebrar, alterar, rectificar, denunciar, revogar ou resolver contratos de prestação de serviços, de *leasing*, de publicidade, de cooperação comercial, de agência e outros análogos relacionados com a actividade comercial desenvolvida pela Sociedade, bem como de arrendamento de espaços e de fornecimento de água, gás, electricidade e quaisquer outros de características semelhantes;-----

3) Para, mediante deliberação de aprovação prévia da Assembleia Geral da Sociedade, e justificado o interesse da mesma, outorgar a assinar quaisquer documentos, públicos ou privados, em nome e representação da Sociedade, para efeitos da constituição de associações, fundações, agrupamentos complementares de empresas, *joint-ventures* e quaisquer sociedades comerciais ou civis; elaborar e aprovar os estatutos e normas que hão-de regular a actividade das ditas entidades ou sociedades, determinar o capital social das mesmas, entregando, a título de pagamento de acções, títulos, participações, quotas, direitos ou quaisquer outras formas de participação que detenha nas mesmas, proceder à entrega em dinheiro nos montantes que tiver por convenientes ou quaisquer outros bens ou direitos que sejam propriedade da Sociedade; representar a Sociedade nas assembleias gerais que se realizem, designar o(s) órgão(s) de administração; aceitar cargos em nome da Sociedade, celebrar contratos em nome das novas entidades ou sociedades sujeitas à aceitação das mesmas, em momento anterior ao registo das mesmas junto da entidade competente, nos termos legalmente exigidos e, finalmente, realizar ou executar quaisquer actos subsequentes após o registo definitivo da constituição das ditas entidades ou sociedades junto da entidade competente;-----




4) Outorgar e assinar quaisquer documentos, públicos ou privados, para efeitos da execução dos poderes ora conferidos, com os termos e condições inerentes à natureza dos mesmos e as demais que, em cada caso, tenham por convenientes.-----

Aos Procuradores do Grupo A são ainda outorgados os poderes necessários para, individualmente, praticar, em nome e representação da Sociedade, os seguintes actos:---

1. Assinar e representar a Sociedade na prática de todos os actos, negócios e contratos em que intervenha, em virtude dos poderes que se outorgam nas alíneas seguintes.-----
2. Celebrar contratos de fornecimento de energia eléctrica e gás, de venda de tais energias e de qualquer outros produtos e serviços, e de acesso às respectivas redes, tanto com entidades e organismos públicos, como com sociedades e

4
m

entidades privadas e consumidores em geral, nas condições, termos e preços que tiver por convenientes.-----

3. Formular e subscrever propostas de fornecimento de energia eléctrica e gás, de venda de tais energias de acesso às redes, participar em concursos públicos e actos de contratação directa, apresentar pedidos de atribuição de subsídios, ajudas ou apoios, perante o Estado e/ou outros organismos ou entidades públicas, da Administração central, regional ou local, requerendo, praticando e assinando tudo quanto seja necessário, útil ou conveniente para o efeito, constituir os fundos provisórios, desde que previamente aprovados pela Sociedade, necessários à participação nos concursos e cancelá-las em momento oportuno, ficando responsável pelo pagamento dos valores ou bens em que consistam; cumprir os demais trâmites exigidos pelo caderno de encargos para intervir no concurso; em caso de empate das diversas propostas, intervir na licitação que se realize, realizando livremente as ofertas necessárias; constituir, em caso de adjudicação, o fundo definitivo, desde que previamente aprovado pela Sociedade; outorgar a escritura correspondente, na qual assumirá, em nome da Sociedade, o compromisso de cumprir todas as obrigações definidas para o concurso, bem como cumprir perante a entidade à qual se faça o fornecimento, todas as obrigações que derivem do contrato formalizado, incluindo a reclamação, recebimento e cobrança dos valores devidos à Sociedade.-----
4. Assistir e intervir em todo o tipo de Assembleias Gerais, Conselhos de Administração, Comissões ordinárias ou extraordinárias e, de um modo geral, órgãos de direcção e de administração de todo o tipo de associações, fundações, agrupamentos complementares de empresas, joint-ventures e quaisquer sociedades comerciais ou civis, exercendo o voto correspondente à participação da Sociedade e, em caso de dissolução, receber, em nome da mesma, o património que lhe corresponda.-----
5. Reclamar, cobrar e receber quaisquer valores devidos à Sociedade, em dinheiro ou em espécie, por particulares, entidades bancárias ou de outra natureza, pelo Estado e/ou outros organismos ou entidades públicas, da Administração central, regional ou local e, de um modo geral, por qualquer entidade pública ou privada, dar e exigir recibos e declarações de quitação, fixar e liquidar valores em dívida, Determinar a forma de pagamento dos montantes devidos à Sociedade, conceder prazos adicionais, fixar termos e os montantes.-----





6. Aceitar dos devedores todo o tipo de garantias, pessoais e reais, incluindo hipotecas, penhoras, estabelecendo os acordos, termos e condições que considere oportunos, e extingui-los, uma vez recebidos os montantes ou créditos garantidos, aceitar dos devedores adjudicações de bens móveis ou imóveis, como forma de pagamento das dívidas ou de parte delas, e avaliar esses mesmos bens. Adoptar, em relação aos bens dos devedores, quaisquer medidas, judiciais ou extrajudiciais que considere necessárias ou convenientes para a defesa dos direitos e interesses da Sociedade.-----
7. Assinar correspondência e expediente geral, levantar das agências, delegações e balcões dos correios, cartas e certificados, reembolsos, vales postais, livranças e valores declarados, telegramas e vales telegráficos.-----
8. Representar a Sociedade perante terceiros e perante o Estado e/ou outros organismos ou entidades públicas, da Administração central, regional ou local, perante os órgãos colegiais de organismos e/ou entidades de qualquer natureza, públicas ou privadas independentemente do respectivo grau e instância, perante organismos e/ou entidades nacionais ou estrangeiras, ou perante Delegações, Gabinetes e demais Departamentos e Dependências da União Europeia, ou quaisquer outras organizações internacionais, incluindo, entre outros, organismos autónomos, entidades ou sociedades dependentes do Património do Estado, estabelecimentos e agências de comércio de todo o tipo, relacionados com a exportação e imputação ou operações conexas, precedentes ou consequentes. Exercer os direitos e interesses que, conforme o caso, correspondam à Sociedade. Apresentar petições e requerimentos. Iniciar os procedimentos e processos necessários, solicitando as informações, cópias ou documentos necessários e apresentar, reclamações, incluindo as prévias, e interpor recursos administrativos. Desistir de procedimentos e processos, reclamações e recursos, independentemente da fase em que se encontrem, e executar ou fazer com que se executem as decisões definitivas. Preparar actas, requerimentos e respostas, de qualquer natureza. Pedir certidões, e cópias certificadas de interesse para a Sociedade.-----
9. Representar a Sociedade perante os Tribunais, independentemente do foro e da categoria, e perante os demais organismos e/ou entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e em todos os assuntos de matéria civil ou comercial, de jurisdição voluntária ou contenciosa, em matéria penal, administrativa,

711



económica, laboral e de qualquer outra natureza, a fim de que, em nome e representação da Sociedade, compareçam perante organismos ou entidades privadas, perante o Estado e/ou outros organismos ou entidades públicas, da Administração central, regional ou local, e especialmente perante os organismos e serviços competentes para a mediação, arbitragem e conciliação em matéria laboral ou outros organismos ou entidades que devam conhecer de tais matérias, perante Julgados de Paz, Tribunais de Primeira Instância de competência genérica, especializada e específica, Tribunais da Relação Supremo Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Administrativo, Tribunal Constitucional, Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias ou outros de carácter internacional, em qualquer tipo de procedimentos judiciais, podendo intervir em todo o tipo de tentativas de conciliação e dar-lhes continuidade, formular todo o tipo de pedidos, prosseguindo-os em todos os seus trâmites e instâncias até que seja proferida sentença ou decisão definitiva, possuindo os poderes especiais para ratificar e recusar, prestar depoimentos, apresentar denúncias e queixas criminais, interpor todos os recursos contenciosos legalmente admissíveis, ordinários ou extraordinários, desistir destes e de quaisquer outros procedimentos, confessar ou transigir nos assuntos respectivos; celebrar, em nome da Sociedade, convenções de arbitragem, actuando ao abrigo das mesmas, de forma legalmente devida; possuindo os mais amplos poderes forenses gerais ou especiais, os quais terão obrigatoriamente de substabelecer, em advogado ou solicitador, sempre que em juízo.-----

10. Representar e participar, em nome da Sociedade, em quaisquer suspensões de pagamentos, insolvências, concursos de credores, liquidações judiciais e quaisquer outros procedimentos do tipo, certificar o património da Sociedade assegurá-lo e aceitar as adjudicações como forma de pagamento, podendo conceder ou recusar reduções e prazos adicionais. Designar, admitir e recusar Fiscais, Administradores, Peritos e Liquidatários, e propor e impugnar as propostas contidas nos actos respectivos, negociar os prazos, condições e termos objecto de acordos, assinar os mesmos, e acompanhar estes assuntos, com todos os seus trâmites, até ao cumprimento e execução das decisões definitivas, bem como seleccionar o lugar do cumprimento e determinar o foro aplicável.-----

2
m

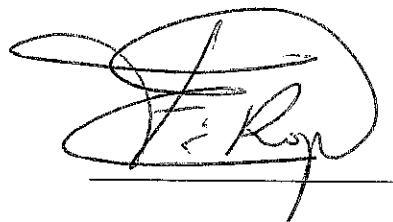
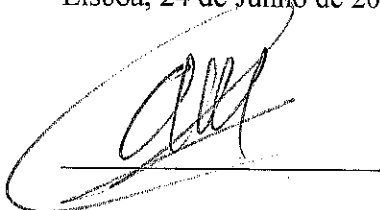
11. Outorgar e assinar quaisquer documentos, públicos ou privados, para efeitos da execução dos poderes ora conferidos, com as cláusulas inerentes à natureza dos mesmos e as demais que, em cada caso, tenham por convenientes.-----

Os poderes gerais de exercício conjunto ou individual ora conferidos, poderão ser exercidos tanto no território nacional como no estrangeiro e em particular nos Estados-Membros da União Europeia, podendo actuar perante esta Organização, perante os seus diferentes Organismos, Instituições, Comissões, Direcções e Tribunais. -----

Todos os poderes ora conferidos, tanto de exercício conjunto como individual, são outorgados por um período de cinco anos a contar da outorga da presente procuração, pelo que, consequentemente, vigorarão até ao dia 24 de Junho de 2016, considerando-se os poderes outorgados totalmente revogados e ineficazes, decorrido este prazo.

41

Lisboa, 24 de Junho de 2011





REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03
Portaria n.º657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Marta Romano de Castro

CÉDULA PROFISSIONAL: 17168L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Autenticação de documentos particulares

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Aitor Moso Raigoso
NIF nº. 261331698

Félix Rojo Sevillano
NIF nº. 261332058

EXECUTADO A: 2011-06-24 17:56

REGISTADO A: 2011-06-24 17:59
COM O Nº: 17168L/1458

Poderá consultar este registo em <https://oa.pt/validar.php?id=13293916+182987>.

**REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS**

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03
Portaria n.º657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Paulo Anjo

CÉDULA PROFISSIONAL: 44517L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Certificação de fotocópias

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

IBERDROLA GENERACIÓN – Energia e Serviços Portugal,
Unipessoal, Lda.
NIPC nº. 502124083

EXECUTADO A: 2011-10-20 11:09

REGISTADO A: 2011-10-20 11:09
COM O Nº: 44517L/1632

Poderá consultar este registo em <https://oa.pt/validar.php?id=13967433+915837>.